

Revolta dos posseiros de 1957:
consensos e desacordos de algumas interpretações

Éverly Pegoraro¹

Este artigo apresenta os consensos e desacordos de alguns autores que se propuseram a estudar a Revolta dos Posseiros de 1957. O levante ocorreu no Sudoeste do Paraná, resultado de um conflito de terras que se desenrolava há vários anos entre posseiros, colonos, companhias grileiras e os governos federal e estadual. Em outubro de 1957, colonos e posseiros tomaram suas cidades e expulsaram as companhias grileiras e os jagunços por estas contratados, exigindo que novas autoridades municipais assumissem. As violências cessaram, mas a legalização das terras aconteceu apenas alguns anos mais tarde. Desde o final dos anos 1970, o Sudoeste do Paraná aparece com destaque nas pesquisas acadêmicas. Alguns dos estudos tornaram-se obras publicadas e referências diretas nas releituras que o conflito provoca até hoje. Algumas ajudam a reiterar discursos dominantes, enquanto outras possibilitam diferentes ângulos de reflexão sobre o assunto, contribuindo, assim, para manter viva a memória sobre os conflitos de terras que permearam a região e instigando os debates sobre a função social da terra.

Levante agrário, História, Paraná.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. everlyp@yahoo.com.br

1 Introdução

A história do Sudoeste do Paraná é marcada por várias lutas por delimitação de fronteiras e/ou lutas para garantir o direito de uso da terra. Uma das mais marcantes é a Revolta dos Posseiros de 1957, levante agrário que envolveu colonos, posseiros, companhias de terras e os governos federal e estadual. Trata-se de um assunto complexo, cujos primeiros conflitos e manifestações pela posse de terra iniciaram bem antes de 1957².

As décadas de 1950 e 1960 foram repletas de conflitos agrários no Paraná, frutos do descaso e/ou irresponsabilidade do governo. A disputa de terras foi um dos principais problemas enfrentados pelo governador do Paraná no período, Moysés Lupion³, principalmente em seu segundo mandato como governador do Estado, época em que ocorreu a Revolta dos Posseiros de 1957. Esses conflitos e a violência eram as armas de ataque dos adversários políticos do governador, na tentativa de desestabilizar seu governo.

Lupion era acusado de ser sócio da principal companhia de terras instalada na região, a Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla), fator que agravou ainda mais a situação. Em 1957, colonos e posseiros estabeleceram diversas estratégias de resistência e luta às investidas de jagunços contratados pelas companhias grileiras para amedrontá-los e expulsá-los de suas terras. As ações dos jagunços eram violentas e resultavam em estupros, espancamentos, incêndios, depredações e até mesmo mortes. Em outubro de 1957, posseiros e colonos se organizaram em um conflito armado, tomaram as suas cidades e expulsaram as companhias de terras e os jagunços, além de exigir a designação de novas au-

² Para mais informações sobre o tema, aqui estão algumas sugestões: Colnaghi (In: PAZ, 1991); Colnaghi (1987); Gomes (1987); Lazier (1986); Nadalin (2001); Voltolini (2003); Wachowicz (1985).

³ O governador Moysés Lupion teve dois mandatos políticos: o primeiro em 1946-1950 e o segundo em 1955-1959, com o apoio do Partido Social Democrata (PSD), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). Depois que seu primeiro mandato como governador terminou, Lupion só retornou à vida pública em 1954, como senador do Paraná pelo PSD. Seu governo, principalmente o segundo, foi marcado por denúncias de corrupção, incessantemente apontadas pela imprensa. O termo lupionismo designa a forma personalista do governo Lupion e era usado freqüentemente pela imprensa para acusações de corrupção na sua administração.

toridades municipais. O movimento teve semelhanças e diferenças em cada município onde se realizou. Os mais conhecidos são os de Pato Branco e Francisco Beltrão, porém, em outras cidades como Barracão, Santo Antonio e Capanema também ocorreram levantes.

As emissoras de rádio Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão realizaram uma mediação significativa durante o conflito. Único veículo de comunicação no Sudoeste, em meio a uma população em sua grande maioria analfabeta, o rádio desempenhava a função de informador, mediador e conselheiro. Foi dessa forma que Ivo Thomazoni, radialista da Colméia em Pato Branco, gradativamente assumiu o papel de uma das lideranças do levante. Já em Francisco Beltrão, eram os próprios acionistas da emissora que tomavam partido a favor dos colonos, utilizando o rádio como megafone de luta. Entretanto, outras pessoas também assumiram a liderança, entre elas, Jácomo Trento, um vendedor de equipamentos elétricos em Pato Branco, e até mesmo um foragido da justiça argentina, chamado Pedro Santin, ficou conhecido como liderança do movimento na fronteira do Brasil com a Argentina.

Na campanha eleitoral de 1960, uma comissão com representantes do Sudoeste foi formada para conversar com os candidatos à presidência da República, buscando providências para a legalização das terras. Mesmo depois da revolta, com as companhias grileiras fora da área, a titulação ainda não havia acontecido. O marechal Lott, candidato pelo Partido Social Democrata (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não quis assumir obrigações sobre o assunto. Jânio Quadros, que concorria pela União Democrática Nacional (UDN) e pequenos partidos, prometeu solucionar o problema se fosse eleito. Praticamente todo o Sudoeste o apoiou, inclusive o PTB local. Jânio Quadros obteve mais de 80% dos votos da região (WACHOWICZ, 1985).

Em 1961, o novo presidente da República desapropriou as terras em litígio, declarando de utilidade pública as glebas Missões e Chopim e determinando regime de urgência para a desapropriação. Entretanto, foi somente em 1962 que o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop) foi criado, pelo decreto nº 51.431 de 19 de março, para solucionar a questão de terras no Sudoeste.

Instituição com acentuada presença do exército (MARTINS, 1986; COLNAGHI, 1991), o Getsop tinha por finalidade executar as atividades

de desapropriação. Entre as suas atribuições estavam projetar e executar a colonização racional das glebas Missões e parte da Chopim, além de medir, demarcar e dividir em lotes as glebas objeto da colonização. Três meses depois de sua criação, União e Estado do Paraná assinaram um acordo, renunciando seus argumentos jurídicos de alegação de propriedade de terras. O Getsop atuou até princípios de 1974, quando foi extinto. No total, titulou 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos (GOMES, 1987).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960, poucos anos após o conflito que definiu os passos da legalização de terras no Sudoeste, havia no Paraná cerca de 33.700 posseiros, sendo que no Sudoeste localizavam-se cerca de 18 mil deles, mais de 50% do total do Estado. Já em 1970, dez anos depois, o número de posseiros do Paraná aumentou para aproximadamente 50 mil, e na região estavam apenas 3.070 deles, ou seja, 7.41% do total estadual (LAZIER, 1986).

2 Consensos e desacordos de algumas interpretações

Apesar de a colonização efetiva do Sudoeste do Paraná ser relativamente recente (até meados de 1950), desde o final dos anos 1970 a região aparece com destaque nas pesquisas acadêmicas. Alguns dos estudos tornaram-se obras publicadas e referências diretas nas releituras que o conflito provoca até hoje. Assim como há aquelas que ajudam a reiterar discursos dominantes, há outras que possibilitam diferentes ângulos de reflexão sobre o assunto, contribuindo para manter viva a memória sobre o conflito. Nesse artigo, objetiva-se apresentar alguns desses estudos e os seus principais argumentos, apontando o caráter simplesmente memorialista de algumas obras e como os principais envolvidos no conflito – colonos e posseiros – aparecem como personagens secundários e facilmente manipuláveis de uma trama na qual as desavenças políticas parecem ser mais relevantes que a discussão sobre a função social da terra.

Uma das primeiras pesquisas é a de Maria Cristina Colnaghi (1984). A autora mostra que a luta pela terra no Sudoeste gira em torno de dois

pólos – explorações agrícola e madeireira – argumentando que a revolta virou palco de manobras políticas em âmbito estadual e federal. Afirma que o confronto de outubro de 1957 foi consequência, basicamente, de dois aspectos. O primeiro deve-se ao que se denominou de conflito hegemônico entre facções do grupo político dirigente (Partido Social Democrata nacional e estadual). Assim, a questão da terra no Sudoeste paraense era tratada como instrumento de manipulação política e econômica, com vistas à preservação do poder de Estado.

O segundo aspecto refere-se à morosidade, inércia, parcialidade e omissão do aparelho repressivo do Estado. Para a autora, quando houve a intervenção do Estado na revolta, foi para “minimizar a tensão social, evitando que o movimento assumisse um caráter de contestação mais profundo e pusesse em risco a preservação do poder de Estado” (COLNAGHI, 1984, p. 162). O discurso para a sociedade, entretanto, era de que as autoridades estavam ali agindo vigilantemente para garantir a segurança da população. A contextualização política do período e a sua influência sobre os acontecimentos de 1957 são assuntos retomados em artigo publicado posteriormente, numa revisão de sua dissertação (COLNAGHI, 1991).

A autora detalha os impasses jurídicos em torno da criação das glebas Missões e Chopim, alvos da disputa entre poder público e privado. Suas fontes são, principalmente, relatórios de inquéritos; anais da Câmara dos Deputados e do Senado; artigos de jornais; relatórios de Comissão Parlamentar de Inquérito; o Diário Oficial do Estado e alguns depoimentos orais.

Colnaghi preocupa-se em apresentar o impasse jurídico em torno do conflito de terras na região e o seu contexto político. Conclui, então, que as estratégias do levante foram “manobras conscientes do camponês-ator que estava lúcido quanto ao sentido de suas reivindicações”, entretanto, “ao mesmo tempo em que davam organicidade à contestação, acentuavam o caráter subordinado da luta camponesa fazendo-a assumir seu caráter político essencial que é o confronto dos camponeses com o capital e o Estado” (COLNAGHI, 1984, p. 158).

Jácomo Trento, mais conhecido como Porto Alegre, é tido como um dos que lutou ao lado dos colonos e posseiros. Ele vendia equipamentos elétricos, percorrendo o interior de Pato Branco. Muitas vezes chegava a

pernoitar nas casas dos colonos, fator que propiciava um clima de confiança e confidências. Seu depoimento reitera as reflexões de Colnaghi quanto ao fato de o colono estar ciente de suas reivindicações.

Quando eu estava às vezes num hotel, restaurante, ou na cidade, juntava colono ao redor de mim e eles confiavam, mas tudo eles diziam que era o Porto Alegre que tinha dito, que tinha falado, que ia fazer. Porque eu dizia que fazia, *eu dizia que nós estávamos se organizando*. (...) E aí os colonos acreditavam em mim, eu passei a ser confidente deles, só que as minhas confidências eu fazia no público e as deles eles me faziam na casa deles (Trento, 2007. Grifo meu).

Trento relatava as confissões dos colonos ao radialista Ivo Thomazoni, que as veiculava na Rádio Colméia de Pato Branco. Quando fala que *estavam se organizando* (sic), percebe-se que a idéia de um movimento já estava começando a ser delineada. O assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro, no distrito de Verê, que na época pertencia a Pato Branco, despertou em Trento a vontade de se envolver com o movimento, conforme o seu relato:

E aí 21 de maio assassinaram o Pedrinho Barbeiro. (...) Então, naquele dia, entrei, até dia 21 de maio, eu sou um João Ninguém, porque eu era um simples... (...) Eu não tinha projeção nenhuma. (...) Eu não tinha vínculo político nenhum, nem empresarial, nem nome eu tinha. Eu tinha nome que era o Porto Alegre, o bom de festa, era bom de baile, bom de farra, mas não tinha projeção nenhuma (Trento, 2007).

E é justamente esse “anonimato social” que, na opinião de Porto Alegre, favoreceu sua atuação no levante. O mesmo não aconteceu com o vereador Pedrinho Barbeiro, que foi assassinado porque estava organizando um abaixo-assinado para levar ao presidente, Juscelino Kubitschek. Ele tinha o apoio dos colonos do distrito do Verê, sua própria localidade, que estavam recolhendo uma ajuda financeira para patrocinar sua viagem. Portanto, seu nome era bem conhecido na região.

Quando eles [jagunços] viram que o abaixo-assinado estava quase pronto, mandaram ele [Pedrinho Barbeiro] para o cemitério. Foi aí que eu entrei para a briga. Comecei a orientar os colonos que aguardassem, que ouvissem, que sintonizassem sempre a Rádio Colméia, no horário do meio-dia e meia, pra o Ivo Thomazoni informar eles do que estávamos fazendo. Eles sabiam que nós estávamos nos organizando pra isso (...) Eles não davam importância para o que eu estava fazendo, eu era muito aloprado, novo, 25 anos de idade, pesava 55 quilos, muita energia, e eu não escondia o que eu estava fazendo. Então eu acho que eles achavam que era até meio doidinho, sabe? E não acreditavam que tinha força de aglutinar esse povo e eu também não sabia onde ia parar. (...) Por que eles mataram o vereador? Porque ele era um vereador, eu era um João Ninguém. Quer dizer, eu fui subestimado. E, por ter sido subestimado, é que conseguimos fazer o movimento (Trento, 2007).

Sem se deter-se no direito social à terra, Colnaghi acredita que a luta centrou-se na manipulação política e no poder econômico, sobretudo o poder vindo da capital do Estado. Ela não questiona o sentimento de posse do colono, não reflete sobre as razões de luta que levaram ao levante, como relata Trento, quando diz que ouvia os desabafos de colonos e posseiros pelo interior do município de Pato Branco e os levava para a emissora de rádio.

Um dos nomes mais conhecidos da historiografia paranaense, Ruy Wachowicz (1985), tem, entre seus livros publicados sobre História do Paraná, um que fala especificamente sobre a ocupação e colonização do Sudoeste. A obra preocupa-se em relatar histórica e cronologicamente o início desse processo, os migrantes que lá chegaram e sua instalação. Um dos capítulos é dedicado exclusivamente à Revolta dos Posseiros, com vários relatos orais e diversas outras fontes documentais. Trata-se de uma referência até hoje sobre o assunto, produzido com o amparo do Instituto Geográfico e Etnográfico Paranaense, dentro do projeto de incentivo à produção sobre a História do Paraná.

Na busca por traçar a trajetória de ocupação e colonização do Sudoeste do Paraná, Wachowicz inicia falando sobre a ocupação indígena em torno dos Campos de Guarapuava, no início de 1800. A colonização efetiva do Sudoeste se deu a partir de 1940. Justamente por sua abrangência, o livro acaba por tratar superficialmente os inúmeros assuntos que apresenta. Entre eles, o autor aborda as disputas por delimitação de fronteiras do Brasil na região, como a Questão de Palmas, a Campanha do Contestado e a formação do Território do Iguaçu; a frente de ocupação cabocla; a organização social do Sudoeste; a chegada do posseiro e, por último, a Revolta dos Posseiros de 1957.

Wachowicz utiliza variadas fontes históricas, como ofícios, requerimentos e relatórios de presidentes de Províncias. Sua pesquisa tem o mérito de contar com extensa apresentação de fontes orais, compiladas atualmente no Acervo Histórico do Paraná. Quando o autor começa a falar sobre a colonização do Sudoeste, a partir da década de 1940, são esses relatos que assumem o papel de principais fontes históricas. Especificamente sobre a Revolta dos Posseiros de 1957, além dos depoimentos, o autor busca apoio para suas afirmações em fragmentos de jornais da época. Constata-se a preocupação do autor em narrar cronologicamente os fatos. Ele apenas sinaliza algumas interpretações sobre as semelhanças e diferenças do levante nas diversas cidades onde ocorreu, sem aprofundar-se no assunto.

Na década de 1980, a obra de Hermógenes Lazier (1986), historiador de Francisco Beltrão, uma das cidades envolvidas no conflito, também marcou os estudos sobre o Sudoeste. Seu livro, fruto de dissertação de mestrado na Universidade Federal do Paraná, aborda a ocupação e colonização da região, levantando os principais problemas de ocupação de terras que a afligiram e, em especial, a Revolta dos Posseiros. Outros de seus livros, na seqüência, também se dedicaram a discutir o Sudoeste.

Seu objetivo de pesquisa era analisar a estrutura agrária na região, enfocando a atuação da Colônia Agrícola General Osório (Cango), do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop) e da Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla) no povoamento sudoestino. Lazier dispôs de farta documentação da Cango e do Getsop, além de fontes orais para embasar o estudo. É uma das obras analisadas que mais se

preocupa em apresentar uma conceitualização teórica, explicitando a metodologia de pesquisa.

Lazier também pormenoriza as questões que envolvem as disputas pela posse e delimitação do Sudoeste. Além disso, detalha o trabalho realizado pela Cango, aspecto não observado pelos outros autores analisados. Especificamente sobre a Revolta dos Posseiros de 1957, dedicou pouco aprofundamento, mesmo tendo sido como ele mesmo define “um marco na luta pela terra no Paraná e no Brasil” (LAZIER, 1986, p. 81), e, justamente por isso, um fator decisivo para a organização da estrutura agrária no Sudoeste.

Para ele, a vitória dos posseiros com pouca violência deve-se à “atuação inteligente e ponderada dos líderes do movimento (...) e à posição equilibrada do destacamento do exército sediado em Francisco Beltrão” (LAZIER, 1986, p. 78). Nas entrelinhas, prevalece o discurso de que apenas pela ação de pessoas “esclarecidas”, a revolta não tomou proporções cruéis ou sanguinárias, o que ocorreria se os colonos e posseiros estivessem sozinhos no movimento.

Tal opinião diverge de um dos participantes diretos do conflito em Francisco Beltrão, o caminhoneiro Aurélio Negri. Ele participou ativamente do levante, transportando os colonos em seu caminhão do interior do município até o centro da cidade de Francisco Beltrão, nos dias da revolta. De acordo com seu depoimento, a praça da cidade já estava cheia de colonos, muitos deles chegaram a passar a noite ali, à espera da deflagração do movimento.

Depois de transportá-los para a praça, Negri conta que ainda ajudou a acabar com os escritórios das companhias. Colonos e posseiros invadiram esses locais, rasgando todos os documentos que encontraram e atirando-os nas ruas.

E daí entrei junto com todo mundo, *vamos ajudar a quebrar o que tem*, eu participei, ajudei a quebrar, a jogar tudo pra rua, fiz tudo o que eu devia fazer. (...) Nós não batemos em ninguém. Só destruímos, jogamos tudo pra rua. Tiraram fora uma parede da Comercial [uma das companhias de terras que atuavam na região], e dentro da parede colocaram muitas armas, era

Mosquetão, era fuzil, era metralhadora, era granada. Eu vi e ajudei a jogar tudo lá na rua. Arreventamos aqueles armários, aquelas gavetas, forramos a rua de documentação, os papéis, mas a rua ficou forrada de documentação. Máquina de escrever, cofre, outros móveis, com chave, aquela coisa toda. O que tinha com chave foi tudo pra rua (Negri, 2007).

Depois do quebra-quebra, funcionários e jagunços das companhias foram expulsos da cidade, sob vaias do povo.

De repente, então foi preso todo mundo. Os jagunços, diretores da Comercial, da Citla, inclusive o doutor Rubens, o primeiro prefeito de Beltrão, Rubens da Silva Martins, foi preso junto, nós acompanhamos, eles embarcaram em uns pares de *jeeps*, e foi organizado um desfile até a saída da cidade. Então, nós organizamos uma fila nas laterais da rua, uma fila de cada lado, de fora a fora, e daí depois veio as viaturas com os jagunços e essa gente desordeira, jagunços, e chefe, então passavam pelo meio, o povo nas laterais e daí todo mundo apontava o revólver, a espingardinha, o facão, e diziam “nomes” (Negri, 2007).

Negri faz questão de salientar que sente orgulho de ter participado desse processo. Além disso, afirma que, mesmo sob liderança do grupo da emissora Colméia em Francisco Beltrão, todas as atitudes que tomou foram por conta própria, sem interferência de ninguém.

O que eu fiz eu não fiz mandado por ninguém, eu fiz de minha autoria, de minha vontade. Eu me sinto orgulhoso, porque na minha cabeça eu fiz coisa boa. (...) Eu fiz coisa que não serviu só pra mim, pelo contrário, serviu pra uma comunidade, eu fiz em defesa da comunidade (Negri, 2007).

Manoela Pécoits, esposa de Walter Pécoits, médico, político e conhecido como um dos líderes do levante em Francisco Beltrão, também enfatiza

que a ação dos colonos foi, acima de tudo, espontânea, principalmente nos dias do levante, com a sua vinda para a praça central da cidade.

Eles começaram a vir espontaneamente, porque a situação estava insustentável, estava cada vez pior. Então, eles vieram vindo, se reunindo ali na praça. (...) Eles vinham vindo, falavam um pro outro e vinham. *Olha, o pessoal tá indo pra Beltrão, vamos pra Beltrão*, eles vinham com essas espingardinhas, facão, revólver, a maioria tinha revólver (Manoela Pécoits, 2007).

Depois desses acontecimentos, Manoela narra que a paz voltou a reinar na região, mesmo que o processo de regularização das terras tenha demorado mais alguns anos. Apesar de toda a insegurança pela qual passou ao longo do período, temendo principalmente pela vida do marido, Manoela diz que foi gratificante participar dessa etapa da história do Sudoeste do Paraná.

Todo mundo sempre diz que, de todo movimento de terra, o único em que a parte mais fraca, que é a parte do povo, do colono, ganhou, foi esse movimento aqui do Sudoeste (...) E a gente participar disso é gratificante (Manoela Pécoits, 2007)

O livro de Lazier ainda aponta a ação do Getsop mais detalhadamente que em outras obras. O autor chega a conclusão de que a transformação do posseiro em proprietário de terra gerou grandes mudanças para a vida econômica e social da região, como a modernização das técnicas agrícolas. “A legalização da terra permitiu aos colonos conseguirem financiamentos e ampliarem sua produção” (LAZIER, 1986, p. 94). Ele também faz algumas considerações pós-revolta, apresentando dados sobre o número de posseiros legalizados na região e comparações com o êxodo rural do pequeno produtor no Sudoeste até a década de 1970.

Outro interessado em deixar um relato sobre a Revolta dos Posseiros de 1957 foi Rubens Martins. Médico, delegado, primeiro prefeito de Francisco Beltrão e membro do diretório do PSD no município. Esses foram os cargos assumidos por ele e que o envolveram diretamente no conflito. Seu livro é uma espécie de relato memorialista e autobiográfico de sua

trajetória em Francisco Beltrão e, ao mesmo tempo, um livro de justificativas sobre suas atitudes com relação ao conflito de 1957. Martins foi deposto pelos colonos de sua posição de delegado, durante o levante. Em seu lugar, os revoltosos colocaram Walter Pécoits.

Nas quase 500 páginas de seu livro, Martins transcreve uma série de relatórios; telegramas; pareceres proferidos no Senado da República; ofícios enviados pela Cango ao Governo Federal, alertando para a tensão em que o Sudoeste se encontrava; folhetos das campanhas políticas da época; entre outros documentos, na tentativa de detalhar os fatores que levaram ao conflito de outubro de 1957.

Na obra de Martins é possível perceber o ambiente político tenso que pairava na região, principalmente sob o reinado do PSD e PTB. O autor declara ter sido amigo íntimo de Cândido de Oliveira (PSD), um dos políticos mais influentes do Sudoeste na década de 1950, e ter apoiado Moysés Lupion e os pessedistas rumo à vitória ao governo do Estado em 1956.

Na opinião de Martins, foram vários os motivos que levaram ao levante de posseiros, sobretudo políticos.

Os desmandos de uma das colonizadoras do sudoeste do Estado e os confrontos ocasionais entre seus empregados e posseiros; os constantes pronunciamentos de autoridades militares, condenando o processo de dação em pagamento das glebas Chopim e Missões (...); as peregrinações de políticos opositores, insultando os colonos da região e os concitando a repelir à força os legítimos ou pretensos donos das terras; a onda de boatos, relacionados com massacres de posseiros (...); tudo isso sensibilizou a opinião pública e as autoridades federais, propiciando as ações que culminariam, em outubro de 1957, com a subversão da ordem pública em todo o sudoeste paranaense (Martins, 1986, p. 359).

Martins considera a Revolta dos Posseiros de 1957 um hábil e inescrupuloso golpe dos adversários ao governo do Estado, o qual só não foi derrotado porque soube negociar com a facção vencedora que tinha, entre os

seus, posseiros filiados aos partidos de oposição. Predomina, em toda a obra, a idéia de que os revoltosos não passaram de vítimas passivas e manipuladas, um grupo de desordeiros simplórios, pois gente simples, sem estudos, não seria capaz de se auto-organizar para defender os seus direitos. Ele prefere denominar a Revolta dos Posseiros de 1957 de “Movimento Político-Militar Pró-Intervenção no Paraná” (1986, p. 358). Para ele, os colonos da região foram

[...] empurrados numa aventura de resultados incertos que só não malogrou por ter contado com a participação ostensiva do contingente do Exército sediado em Francisco Beltrão, e não se transformou numa carnificina sem precedentes graças à habilidade, serenidade e cautela das autoridades locais e à decisão desesperada do comando político no Estado de negociar diretamente com os sublevados, à custa do sacrifício de suas lideranças nas regiões conflitadas (MARTINS, 1986, p. 358).

Ricardo Abramovay também é citação freqüente quando o assunto é colonização do Sudoeste do Paraná. Na década de 1980, sua dissertação de mestrado pela Universidade de São Paulo buscou analisar a evolução dos sistemas camponeses, tentando compreender, a partir daí, o universo social camponês. Para isso, fundamentou sua análise na região Sudoeste do Paraná, fazendo um minucioso estudo sobre a situação do caboclo, em comparação à do colono gaúcho e catarinense. Abramovay (1981) conclui que a formação fundiária do Sudoeste do Paraná se dá a partir da eliminação social das formas de ocupação de terras incorporadas pelo caboclo. Essa característica coincide com o que o autor chama de um dos aspectos conservadores da história fundiária brasileira, pois aquele que já está ocupando a terra acaba sendo deslocado em benefício do proprietário. Contudo, no caso específico do Sudoeste, contraditoriamente, fundamenta-se também na ocupação democrática da terra, já que há a vitória contra o latifúndio e reconhecimento desta vitória por parte do Estado, no levante de 1957.

Iria Zanoni Gomes (1987) estudou a Revolta dos Posseiros de 1957 em sua dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, posteriormente transformando-a em obra publicada. Seu interes-

se pela Revolta de 1957 surgiu por ter vivido diretamente os momentos mais tensos do conflito. Sua família migrou do Rio Grande do Sul para Francisco Beltrão em 1956. Narra a autora:

Os jagunços na rua, as histórias das mortes, a roupa suja de sangue e furada de bala que uma vizinha lavava, a tomada da cidade pelos colonos, a rua coberta de papéis, uma bala perdida que por poucos centímetros não se aloja em minha cabeça. Tudo isso ficou em minha memória (GOMES, 1987, p. 11).

Ela afirma que o movimento “foi fundamental para a consolidação da pequena propriedade no Sudoeste do Paraná, o que significou uma ocupação democrática da terra, à medida que o latifúndio foi vencido” (GOMES, 1987, p. 11). Além disso, defende a hipótese de que a organização e resistência dos colonos foi resultado de um aprendizado adquirido no próprio processo de luta pela terra. “Do meu ponto de vista, a organização não inicia no auge do processo de violência que se desencadeia no ano de 1957. Mas já em 1951, quando a primeira companhia imobiliária (Citla) começa a atuar na região” (GOMES, 1987, p. 11). Seus argumentos baseiam-se, sobretudo, nos acontecimentos em Francisco Beltrão, apesar de mostrar detalhes do movimento em Pato Branco e Santo Antonio do Sudoeste também. Como já foi dito, foram pelo menos quatro focos de conflito entre os dias 9 e 13 de outubro, nos municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema e Santo Antonio do Sudoeste, com semelhanças e outras tantas diferenças entre eles.

Entre as fontes históricas utilizadas pela autora, estão depoimentos orais; imprensa periódica do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro; relatórios do Núcleo Colonial General Osório e boletins da Polícia Militar do Estado. A maioria dos depoimentos apresentados na obra não foi obtida pela autora. As próprias declarações dos colonos e demais participantes do levante foram extraídas dos discursos do senador Othon Mader, após outubro de 1957, o que pressupõe que a autora não conversou diretamente com os colonos. Na época em que seu trabalho foi realizado, muitos participantes da revolta ainda estavam vivos.

A autora diz que sua preocupação é mostrar a participação, a organização e a resistência dos colonos como aprendizado adquirido no processo

de luta. Entretanto, afirma ao longo do texto que as lideranças locais, a Cango e o Legislativo desempenharam papel importante no processo. Nomes de políticos também são mencionados várias vezes, ao passo que nomes e entrevistas dos próprios colonos, que, segundo a autora, são os principais atores da revolta, raramente são mencionados. Como em vários outros trabalhos, os agentes principais do conflito não passam de sombras sem identificação, são agentes essenciais no processo de luta, mas sua individualização já não é passível de demonstração, ou seja, “eles” continuam como uma massa anônima e amorfa.

Gomes tenta explicar a participação de diferentes sujeitos sociais na Revolta de 1957 pela sua identidade econômica, étnica, cultural e ideológica. Essa identidade, associada à revolta moral contra as barbaridades cometidas contra os colonos, explicita a solidariedade dos comerciantes no conflito e até mesmo antes disso, já quando as companhias de terra chegaram à região. Houve um consenso, um movimento de idéias em torno da revolta que os levou a tomarem esse partido. As relações sociais, além das econômicas, entre colonos e comerciantes influenciaram na participação destes e de outros profissionais liberais na Revolta de 1957. Entretanto, a própria autora concorda que os interesses não eram apenas baseados nas relações de amizade. Enquanto não houvesse paz na região, os agricultores teriam suas produções comprometidas, assim como as atividades comerciais (GOMES, 1987; ABRAMOVAY, 1981).

Além disso, o apoio de outros indivíduos, como o dos comerciantes, reitera a concepção de que o conflito também é uma negociação entre indivíduos que têm interesses pessoais específicos, além dos coletivos, construídos historicamente, e de que “o conflito faz parte da vida social dos homens, portanto, se constitui numa forma de relacionamento social, de (des)entendimento; de que não há solução para o conflito, há negociação, regulamentação, regras a serem aceitas pelos envolvidos no conflito...” (MYSKIW, 2002, p. 39).

O próprio Jácomo Trento tinha relações comerciais com os colonos, conforme relata Inelci Matiello, sonoplasta da rádio Colméia de Pato Branco na época do conflito.

E o Porto Alegre vendia rádios no interior, com um jipe se enfiava vendendo rádio a bateria (...) e foi ouvindo dos colonos o direito de posse. Quer dizer, o colono estava lá na terra dele, foi ouvindo as lamentações, os crimes, as pessoas que os jagunços matavam, e foi alimentando esta idéia e trazendo notícias para o Thomazoni. Diz: *‘olha, você é o único que pode, através de comentários, aí nos defender, pelo amor de Deus’*. E o Thomazoni, com 26 anos de idade, com revólver na cinta, levou comentários, com policial na porta da rádio, no corredor da rádio, polícias na porta do estúdio, e eu ali, na sonoplastia, eu era sempre o sonoplasta do Thomazoni, e o Porto Alegre vinha com as notícias, mataram o Fulano, mataram o sicrano. (...) Então, a Rádio Colméia, hoje Celinauta, ela foi realmente quem se levantou porta-voz dos colonos (MATIELLO, 2006).

Da mesma forma, Walter Pécoits, em Francisco Beltrão, tinha o direito de posse sobre vários terrenos. “A gente comprava de proprietários, assim não tinha escritura, não tinha nada, era no papelzinho, davam ali, *vendi para o doutor Valter, por tanto, o lote número tal*” (PÉCOITS, 2007). Além disso, por ser médico, desenvolveu laços de amizade com os colonos, fruto do convívio diário e do trabalho no hospital. A esposa Manoela o auxiliava nas cirurgias, atendia a farmácia e administrava o hospital.

Naquele tempo a gente atendia o colono e o comerciante com quem o colono trabalhava era quem garantia a conta. (...) Então, o pessoal vinha muito, chamava muito em casa também, ele atendia muito doente em casa, e ele era muito assim de falar, se dava muito bem com os colonos (PÉCOITS, 2007).

Outros trabalhos foram produzidos sobre a Revolta dos Posseiros de 1957. Contudo, mesmo tratando-se de obras mais recentes, surgidas principalmente na década de 1990, não ultrapassaram o âmbito acadêmico. Dessas pesquisas, vale salientar a intenção de Gilmar Fiorese (2000), especialmente pela originalidade de sua abordagem ao tema. Seu objetivo foi mostrar a participação das mulheres como agentes do

movimento de luta pela terra. Sua pesquisa tem o mérito de contar com diversos relatos orais de esposas de colonos como principais fontes históricas.

Elas relatam o medo, as ameaças e a violência das situações vividas por toda a família. Entretanto, há que se fazer duas observações sobre o trabalho de Fiorese. Em primeiro lugar, o autor utiliza basicamente os depoimentos das mulheres dos colonos ao longo de toda a pesquisa. Uma maior diversidade de fontes históricas permitiria enriquecer o trabalho e mesclar informações. Esse trabalho de confrontação com a memória impede que os relatos sejam transformados em “verdades absolutas”. Afinal, “...ao contrário da memória, a história busca uma representação crítica do passado” (MOTTA, 1998, p. 76), na qual o conflito é tão importante quanto o consenso.

Em segundo lugar, Fiorese deixa-se envolver demais pelas nuances de violência do conflito, sem estabelecer uma relação entre como isso afetava a posição da mulher no movimento. O autor acabou por deixar de lado seu objetivo principal de pesquisa, que era demonstrar o papel da mulher no conflito, derrubando o conceito, baseado principalmente no senso comum, de que as mulheres dos colonos e posseiros escondiam-se amedrontadas com os filhos em casa. Durante os dias do levante, elas participaram ativamente das ações, inclusive empunhando armas. Manoela Pécoits é um dos exemplos.

Uma das obras mais recentes sobre o assunto, mas fora do âmbito acadêmico, é o livro do professor Sittilo Voltolini (2003). *Retorno 2 – Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957* faz parte do projeto Resgate Histórico de Pato Branco, lançado em 1993. Dez anos mais tarde, lançou-se a segunda edição do livro. Trata-se de uma obra de caráter memorialista, que não busca uma discussão teórica sobre o assunto. Como o próprio nome do livro diz, o enfoque volta-se para o desenrolar dos acontecimentos em Pato Branco.

O autor não apresenta evidências históricas além dos depoimentos orais com participantes do conflito e uma série de fotografias. As declarações dos depoentes são complementadas ou reiteradas com transcrições de relatos jornalísticos da época, como os de *O Estado do Paraná*, *Tribuna do Paraná* e *Manchete*; e de autores como Hermógenes Lazier e Iria Zanoni Gomes.

Os relatos apresentados mostram alguns líderes do levante como personagens heróicos, reconhecidos pelos seus atos de bravura, como se não houvesse interesses pessoais interligados aos coletivos.

Dr. Walter Alberto Pécoits, que figura entre as mais brilhantes bandeiras que vanguardearam a vitória do colono sudoestino em 57 (...) bateu firme e pesado em Lupion, como se ainda estivesse sentindo na carne todo o sofrimento por que passou ele e todos quantos o ladearam naqueles momentos de dor e de grande angústia (VOLTOLINI, 2003, p. 326).

O próprio autor reconhece que seu trabalho não buscou um aprofundamento histórico, assim como um embasamento teórico, mas apenas “relatar” os acontecimentos. O autor trabalha com a idéia de que é possível *narrar* acontecimentos históricos sem interferências subjetivas, já que são os próprios participantes quem falam no livro. A interpretação caberia à Sociologia, acredita Voltolini.

Seja pela prematuridade; seja pelas fontes de consulta disponíveis; seja por não ser o objetivo submeter os fatos a uma análise histórico-sociológica, senão tão somente registrá-los; seja mesmo por não se dispor de condições para fazê-lo, próprias de sociólogos, o trabalho que acabamos de oferecer ao público leitor limitou-se ao relato dos acontecimentos da *Revolta dos Posseiros de 1957*, sedimentados na interpretação que as facções conflitantes lhe atribuíram... (VOLTOLINI, 2003, p. 367)

Sobre o posseiro, Voltolini reitera a concepção de que era um grupo sem organização, quando agiam por impulso e sem liderança:

[...] o posseiro-agricultor, de forma imprudente, desorganizada, e até *suicida*, lançava-se à luta, executando ataques ao opressor, de conseqüências desastrosas para ele mesmo. (...) Só o compromisso dos maiores líderes, assumido perante ele, de que haveriam de apoiá-lo a organizar-se para uma batalha total e definitiva

contra o prepotente invasor é que o manteve em compasso de espera (VOLTOLINI, 2003, p. 141-142).

Seria impossível desconsiderar, também, os trabalhos da professora Cecília Westphalen. O artigo *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Estado do Paraná* é um clássico do tema na historiografia paranaense. Nesse texto, a autora considera que a ocupação da terra é resultado do “movimento expansionista interno, sob a forma de ocupação isolada e espontânea”, movido, no Norte do Paraná, pela cultura do café e; no Sudoeste, pela cultura de cereais e criação de suínos, predominando em ambos a ação colonizadora. A autora considerou que a reforma agrária concretizou-se “pela presença de posseiros e pequenos proprietários lavradores, que a duras penas defenderam suas oportunidades e o seu direito de acesso à terra” (WESTPHALEN, 1968, p. 50-51).

As questões de terras constituem o centro da ação política, na conquista e no exercício do Poder (...) A problemática da ocupação da terra constituiu o centro polarizador da ação governamental (...) resultou, verdadeiramente, na implantação de uma reforma agrária, fundamentada na pequena propriedade, que domina hoje no quadro rural paranaense, o qual apresenta certos aspectos característicos, como a densidade demográfica elevada e a existência de uma classe média rural (WESTPHALEN, 1968, p. 50-51).

Nas análises mais recentes sobre os conflitos agrários ocorridos no Sudoeste, figura o professor Lindomar Boneti, que dedicou estudos às implicações econômicas dos conflitos de terras no Estado. Seu mais recente artigo (In: MOTTA & ZARTH, 2007) trata da organização social e produtiva camponesa do Sudoeste do Paraná no período que compreende a chegada dos caboclos à região até o início da década de 1960, enfocando o entrelaçamento de duas formas de produção: a não capitalista (interna) e a capitalista (no nível de mercado) que, segundo o autor, foi garantido graças à intervenção do capital comercial. Como não poderia deixar de ser, a Revolta dos Posseiros de 1957 insere-se em sua análise como um fator importante do processo econômico por ele estudado. Suas afir-

mações baseiam-se sobretudo em autores como Wachowicz e Abramovay.

Boneti segue a mesma linha de pensamento já desenvolvida por Abramovay (1981), no que diz respeito a discorrer sobre os primeiros habitantes do Sudoeste paranaense, os caboclos. Para ele, são os migrantes que trazem uma nova racionalidade capitalista, com seus projetos voltados para a acumulação de bens e formação de família.

Mas acabaram por prevalecer as relações estabelecidas entre colonos e comerciantes, baseadas no capital e na mercadoria, expulsando, pouco a pouco, os caboclos da área. A Revolta dos Posseiros de 1957 seria, por sua vez, a luta por defender um modelo produtivo já construído. Em sua opinião, a luta pela posse da terra passou por duas fases. A primeira, uma reação individual dos posseiros às investidas dos jagunços, quando se negavam a assinar os contratos. Para o autor, nesse período, os posseiros não possuíam muita clareza da possibilidade e da necessidade de luta comum. Boneti acredita que a percepção aconteceu graças à contribuição de viajantes, os quais percorriam o interior dos municípios e pernoitavam nas casas dos colonos, informando-os da ilegalidade dos títulos de propriedade de terra prometidos pelas companhias. Jácomo Trento desempenhou este papel na região de Pato Branco. Nessa fase, como foi dito acima, os colonos já tinham convicção do que queriam e demonstravam um processo de organização e consciência política, provados pelas várias atitudes tomadas por eles.

A segunda fase da luta pela posse da terra, para Boneti, seria o levante propriamente dito. Em seu artigo, o professor baseia-se inteiramente nos ocorridos em Francisco Beltrão.

Alguns autores selecionados neste texto não discorrem especificamente sobre a Revolta dos Posseiros de 1957, mas são relevantes em função do recorte de estudo que fazem. A pesquisadora do Norte do Paraná, Evandir Codato, por exemplo, traz importantes reflexões, dentro de uma abordagem histórica, da ocupação da terra no Paraná, problematizando as questões políticas envolvidas. Em um de seus artigos apresenta um retrospecto dos estudos sobre políticas agrárias no Estado do Paraná. Ao discorrer sobre como se deu a organização do espaço rural paranaense ao longo de sua história, observa que a política agrária adotada pelos

governos tinha preocupações sobretudo econômicas e não em resposta aos direitos sociais básicos dos trabalhadores. Para a historiadora,

[...] os governos dedicaram-se para criar infraestrutura, visto que ela garantiria a exploração capitalista da terra, em arrecadar dinheiro para o cofre público, por meio da venda de terra devoluta, mas somente secundariamente providenciaram a garantia da produção agrícola. A maioria dos governadores não promoveu políticas públicas que atendessem direitos básicos dos trabalhadores (CODATO, 2005).

Codato reitera as duas formas diferenciadas de colonização no Paraná, uma especulativa e outra agrícola. Suas diferenças consistem na capacidade de investimento, com empresas de colonização e de construção de estradas em oposição às pequenas propriedades agrícolas baseadas no trabalho familiar; no aparato político “segundo a capacidade de organização e mobilização e no acesso às formas de comunicação e informação, como jornais, rádios, administração pública, instituições políticas e partidárias”; e no amparo legal e político disponível – “a lei de terras e a política agrária têm razões que se desviam do fundamento legal” (CODATO, 2005).

Vários outros autores poderiam e mereceriam ser citados aqui. Entretanto, não caberia, nos limites e na intenção deste artigo, apresentá-los em sua totalidade⁴.

3 Considerações Finais

Além da sua importância histórica, a Revolta dos Posseiros de 1957 destaca-se por ser um movimento agrário que foi bem-sucedido. Colonos e posseiros conseguiram afirmar o seu direito de posse e expulsar o invasor que tanta desgraça trouxera para a região. A conquista ainda demorou alguns anos, mas chegou. Famílias que viram seus entes morrerem,

⁴ Entre essas obras, citam-se: Foweraker (1981); Rêgo (1979); Veronese (1998); Westphalen (1968).

fugirem ou sofrerem humilhações puderam sentir o gosto da vitória, ao obterem títulos de propriedade validados pela lei.

A Revolta dos Posseiros de 1957 não se tratou de um movimento social organizado, permanente, com projeto político e diretrizes de ação, mas também não representou apenas uma forma simplificada de descontentamento popular que sofreu ou resultou em ações violentas. As experiências compartilhadas pelos envolvidos desde a época em que chegaram à região, juntamente com a vontade de permanecerem nas terras ocupadas, foram alguns dos fatores que os uniram em torno do conflito. Foi um grupo de pessoas que vivenciou e partilhou experiências comuns e, a partir disso, sentiu e articulou a identidade de seus interesses entre si contra outros que tinham interesses contrários aos seus. Os depoimentos dos envolvidos no conflito do Sudoeste do Paraná apresentados neste artigo são exemplos que nos mostram que eles estavam conscientes, sim, de suas atitudes e reivindicações, e que não eram uma massa manipulável, como acreditavam alguns.

As obras apresentadas neste artigo são apenas algumas das mais conhecidas sobre o levante de 1957. Trata-se de um tema pertinente de ser resgatado, em um país que ainda lida com os mesmos problemas agrários da década de 1950. Embora com diferentes abordagens e pontos de vista, como já foi mencionado, muitos dos estudos sobre o assunto, infelizmente, ficam em âmbito acadêmico. Assim, o debate restringe-se à academia e, muitas vezes, exclui os principais personagens do conflito. Mais uma vez, eles não passam de sombras, sem identidade e sem voz. Em outras obras, eles falam, mas o debate carece da profundidade teórica necessária para discutir a função social da terra a partir da experiência dos colonos e posseiros do Sudoeste do Paraná.

4 Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *As Transformações na Vida Camponesa no Sudoeste Paranaense*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). São Paulo: USP, 1981.
- BONETI, L. W. Organização e luta camponesa no sudoeste do Paraná. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. *História Social do Campesinato*. v. 1, Livro II (no prelo).
- CODATO, E. Organização do rural paranaense. In: FERREIRA, Y. N. *et. al. Formação territorial do Paraná: raízes rurais e urbanas*. Londrina: Humanidades, 2005.
- COLNAGHI, M. C. *Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984.
- COLNAGHI, M. C. O processo político de ocupação do Sudoeste. In: PAZ, F. M. (org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991, pp. 7-21.
- FIGLIARESE, G. *A mulher e conflitos sociais no Sudoeste do Paraná (1943-1962)*. Dissertação. (Mestrado em História). Unicentro/Unesp. Guarapuava, 2000.
- FOWERAKER, J. *A Luta pela Terra*. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GOMES, I. Z. 1957. A Revolta dos Posseiros. ed. 2. Curitiba: Criar Edições, 1987.
- LAZIER, H. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.
- MARTINS, R. S. *Entre jagunços e posseiros*. ed. 1, Curitiba: Studio GMP, 1986.
- MYSKIW, A. M. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste. Niterói, 2002.
- MOTTA, M. História e Memórias. In: MATTOS, M. B. (org.). *História: pensar e fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- NADALIN, S. O. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.
- PEGORARO, É. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

RÊGO, R. M. L. *Terra de Violência: Um Estudo sobre a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). USP. São Paulo, 1979.

VERONESE, C. D. *O papel pedagógico da Assessoria no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do sudoeste do Paraná*. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1998.

VOLTOLINI, S. *Retorno 2. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Littero-Técnica, 1985.

WESTPHALEN, C. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Estado do Paraná. *Boletim da UFPR*, nº 7, p. 1-52, 1968.

Entrevistas

MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 07 de julho de 2006, em Pato Branco, Paraná.

NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 07 de março de 2007, em Francisco Beltrão, Paraná.

PÉCOITS, Manoela Sarmiento Silva. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 07 de março de 2007, em Francisco Beltrão, Paraná.

TRENTO, Jácomo. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 03 de maio de 2007, em Pato Branco, Paraná.

Artigo recebido para publicação em:

15 de junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em:

27 de outubro de 2008.

Como citar este artigo:

PEGORARO, E. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.